



9.º) Pedido de conversão de pena em medida de segurança

“N”, condenada pela prática de latrocínio ao cumprimento da pena de vinte e dois anos de reclusão, em regime fechado, após dez anos, passa a sofrer de doença mental, impossibilitando a continuidade da execução da pena. Pleiteia a defesa a conversão em medida de segurança.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara das Execuções Criminais da Comarca ____.

Execução n.º ____

“N”, qualificada nos autos, presa e recolhida na Penitenciária ____, em regime fechado, por seu advogado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 183 da Lei de Execução Penal, requerer a

CONVERSÃO DA PENA EM MEDIDA DE SEGURANÇA,¹

nos seguintes termos:

1. A requerente foi condenada pela prática de roubo seguido de morte (art. 157, § 3.º, CP) ao cumprimento da pena de vinte e dois anos de reclusão, em regime fechado, onde se encontra atualmente.

2. Entretanto, no decurso da execução, por razões desconhecidas, passou a sofrer de doença mental que lhe retirou o entendimento e a capacidade de interagir com os agentes do presídio.

3. Foi examinada pelo médico do Hospital Penitenciário, para onde foi provisoriamente transferida, concluindo-se, em diagnóstico preliminar, padecer de ____.²

4. Desse modo, não há sentido em ser mantida no presídio onde se encontra, local inadequado para o tratamento exigido, colocando a requerente em risco a segurança das demais detentas e sua própria, em razão das várias crises e surtos agressivos que a acometem.

5. Caso permaneça em cumprimento de pena, perdem-se as finalidades para as quais esta é aplicada, pois seu processo de ressocialização estará nitidamente prejudicado pela completa falta de inteligência dos seus atos.³

¹ Embora o art. 183 da Lei de Execução Penal mencione que o pedido pode ser feito apenas pelo MP ou pela autoridade administrativa, bem como concedido de ofício pelo juiz, é natural que o sentenciado tenha igual interesse na conversão para que possa ser convenientemente tratado.

² Descrever a doença tal como atestado pelo médico do presídio.

³ A conversão da pena em medida de segurança é fundamental para que se promova a cura da enfermidade. Do contrário, não há mais sentido em se falar em reeducação, pois doentes mentais não compreendem o caráter ilícito do que praticam.

Ante o exposto, requer seja realizado exame pericial na requerente para que, constatada a irreversibilidade, a curto prazo,⁴ da doença mental detectada, seja sua pena convertida em medida de segurança,⁵ transferindo-a para hospital de custódia e tratamento.

Termos em que, ouvido o ilustre representante do Ministério Público,
Pede deferimento.

Comarca, data.

Advogado

⁴ Se a enfermidade puder ser tratada em breve período, aplica-se o disposto no art. 41 do CP, transferindo-se o preso para o hospital penitenciário, mantida a pena.

⁵ Quanto ao prazo da medida de segurança, tem entendido a jurisprudência majoritária que será pelo tempo restante da pena. Maiores detalhes, consultar a nota 10 ao art. 97 do nosso *Código Penal comentado*.